



Octógono do STF não desperta muita atenção do eleitor

Na crise Master, quem confia no STF? Quem confia na PF?

As movimentações na terça-feira (15) no octógono do Supremo Tribunal Federal (STF) tiveram um objetivo. O que há de desgaste político na crise Master no Supremo deve ficar congelado até depois das eleições de outubro. Embora até o momento em que esta coluna é escrita ainda haja uma sessão de pugilato entre os ministros marcada para a próxima quarta-feira (23), é muito provável que ela não aconteça. O pedido de vista feito por Flávio Dino era sobre a questão de ordem de Gilmar Mendes que tentava unir os inquéritos contra Alexandre de Moraes e André Mendonça. A sessão de terça agora era para discutir Moraes, a da quarta para discutir Mendonça. Se o pedido de vista é sobre a questão de ordem, englobaria as duas ações. Antes disso, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, passara para ele outras decisões sobre o Master até tais julgamentos.

Campanhas explorarão

Assim, não parece haver hipótese de novas enxurrada de decisões monocráticas antes da eleição. Vazamento, pode haver. Mas aí seria demonstração de que, de fato, o bom senso voou para longe do STF junto com a tenda que abrigaria do lado de fora os jornalistas na sessão de terça-feira. Certamente, porém, as campanhas explorarão o que aconteceu e tentarão tirar seus proveitos políticos. Ou, por outro lado, trabalhar para que não cole neles o que houve. Isso já claramente começou.



Moraes é o ministro que sai mais chamuscado

Tamanho do impacto talvez relativo

Para além das intenções de voto na corrida eleitoral, alguns dados da pesquisa do Instituto Indexa para o Estadão/Broadcast que não foram muito explorados mostram que, talvez, o impacto da crise Master/STF na decisão de voto do brasileiro seja um tanto quanto relativo. Mas são importantes para entender como o eleitor enxerga e se posiciona quanto ao que acontece no octógono do Supremo. Primeiro, a avaliação sobre o impacto. Somente 35% disseram acompanhar as notícias sobre o rolo do STF “com muita atenção”.

Maioria não deu muita bola

Um percentual de 22% diz ter acompanhado com alguma atenção. Então, 43% mostram que não deram muita bola: 20% apenas ouviram falar no assunto; 19% não ouviram falar, e 4% não sabem ou não responderam. Dado, portanto, que a crise Master/STF não move muitos corações e mentes, passamos sobre a percepção daqueles que foram impactados pelo caso. Quem, para eles, mais perde e mais ganha.

Moraes

De longe, o maior alvo da percepção do eleitorado é a careca de Alexandre de Moraes. Perguntados sobre quem seria o maior responsável pela crise no STF, 46% apontaram que seria Moraes. O ministro André Mendonça, relator das ações sobre o caso Master, é o segundo com 16%. Dias Toffoli vem em seguida, com 6%.

Uso político

Na sessão de pugilato de terça-feira, o decano da Corte, foi para cima de André Mendonça dizendo que ele faria uso político-eleitoral das suas decisões sobre o caso. Seria, disse Gilmar, um “pixuleco eleitoral”. Não é essa, no entanto, a percepção, segundo a pesquisa Indexa. A maioria considera que quem faz isso é Alexandre de Moraes.

Mendonça e Moraes

Para 45% dos entrevistados, os critérios que Alexandre de Moraes mais usa nas suas decisões são “políticos”. No caso de André Mendonça, há uma divisão na percepção. A maior parte considera que seus critérios são “técnicos e jurídicos”, 33%. Mas logo abaixo há uma percepção não muito distante, de 28%, de que seus critérios são “políticos”.

Confiança

Curiosamente, os entrevistados não partilham da visão de Mendonça sobre a Polícia Federal. Mendonça queria afastar o diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Mas os entrevistados dizem confiar no trabalho da PF, mais do que confiam no STF. Somente 10% dizem “confiar muito” no STF. E 45% dizem não confiar.

PF

No caso da PF, 32% dizem “confiar muito”. E somente 18% não confiam. Se for somado o percentual de quem “confia um pouco”, chega a 77%. Vê-se aí que a desconfiança de Mendonça quanto às investigações da Polícia Federal não encontram amparo no eleitorado, ainda que não veja tanto André Mendonça como o vetor da crise do STF.

Impeachment

Então, tudo isso leva à percepção sobre se deve ou não ser aberto processo de impeachment contra ministros do STF. E 68% dizem ser “totalmente a favor”. Somados os 9% que se dizem “mais a favor que contra”, o percentual chega a 77%. E 58% se dizem a favor de os ministros terem um mandato limitando seu tempo na Corte.



Trump volta a pressionar Brasil por ações contra o PCC e o CV

Governo dos EUA acusa Brasil de falhar contra o crime

Documento destaca que governo precisa adotar medida mais duras

Por **Gabriela Gallo**

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), acusou o governo brasileiro de falhar no combate ao crime organizado e, consequentemente, contra as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

Segundo um documento assinado por Trump, divulgado pelo Departamento de Estados dos EUA nesta quarta-feira (16), as facções criminosas brasileiras “transformaram o país em um centro para o fluxo global de cocaína”. A declaração, enviada da Casa Branca para o Congresso americano se trata de uma determinação para o ano fiscal de 2027, como uma prestação de contas para a liberação de recursos para fins específicos – no caso, o combate ao narcotráfico.

“Essas organizações terroristas brasileiras estão crescendo como uma ameaça para a paz e a segurança ao redor do mundo, e o governo brasileiro precisa urgentemente tomar medidas mais agressivas para combater [as facções] e se defender antes que elas cresçam e se espalhem”, escreveu o documento divulgado pelo departamento de estado americano.

Desde que os Estados Unidos passou a classificar o PCC e o CV como organizações terroristas, o governo americano passou a enfrentar divergências com o governo brasileiro por conta da classificação. Apesar de reconhecer a gravidade e o tamanho das facções, tal como agradecer pela ajuda norte-americana, o governo brasileiro nega a necessidade de ampliar a classificação das organizações como terroristas, alegando que tem condições de enfrentá-las e desestruturá-las. Vale destacar que, a partir do momento em que os EUA classificam um grupo como “terrorista”, isso abre margem para intervenções dos Estados Unidos ao Brasil, inclusive militares.

O governo americano classificou 23 países (dentre eles Colômbia, Afeganistão, México, Venezuela e China) como grandes produtores ou rotas de drogas. O Brasil não foi citado nessa lista, concentrando as críticas à gestão brasileira no combate às facções criminosas como potenciais rotas de drogas.

Por outro lado, o governo norte-americano parabenizou a atuação da Argentina, do Equador e de El Salvador – todos países comandados por governos conservadores e ligadas à direita.